

AFLUENTE T

Proposta da Administração

AGO de 09/04/2026

Sumário

Proposta da Administração	3
---------------------------	---

Anexos

Anexo I	Proposta de destinação do lucro líquido (Anexo A da Resolução CVM 81/2022)	7
Anexo II	Comentários da Administração sobre a situação financeira da Companhia (nos termos do item 2 do FRE – Resolução CVM 81/2022)	13
Anexo III	Informações sobre Remuneração dos Administradores (nos termos do item 8 do FRE – Resolução CVM 81/2022)	35

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
COMPANHIA ABERTA | CVM nº 02217-9
CNPJ/MF nº 10.338.320/0001-00 | NIRE 33.300.288.279

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
DE 09 DE ABRIL DE 2026

A Administração da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) submete aos senhores acionistas da Companhia (“Acionistas”) a presente proposta da Administração, com relação às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“Assembleia”) a ser realizada em **09 de abril de 2026, às 11:00 horas**, na sede social da Companhia, de modo exclusivamente presencial para melhor eficiência e organização dos trabalhos, observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), e das Resoluções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022, conforme alteradas, bem como do Estatuto Social da Companhia (“Proposta da Administração”).

Assembleia Geral Ordinária:

1. Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes

As contas dos administradores são apresentadas por meio do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras aprovadas pela Diretoria da Companhia.

O Relatório da Administração contém informações sobre o cenário macroeconômico e o desempenho financeiro e das operações da Companhia, com comentários sobre as principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício, assim como informações relacionadas aos colaboradores, responsabilidade social, mercado de energia, governança corporativa, dentre outras.

Já as Demonstrações Financeiras expressam a situação econômico-financeira da Companhia e as mudanças patrimoniais ocorridas no exercício social. Através da análise das Demonstrações Financeiras é possível avaliar a situação patrimonial, os índices de liquidez, o nível de lucratividade e o grau de endividamento da Companhia.

As Demonstrações Financeiras são apresentadas conforme abaixo:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração da Muta  o do Patrim  nio L  quido;
- Demonstr  o do Fluxo de Caixa;
- Demonstr  o do Valor Adicionado; e
- Notas explicativas.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva, submetidas à aprovação do Conselho de Administração e ao exame e opinião do Conselho Fiscal, tendo sido consideradas em condições de serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Além disso, as Demonstrações Financeiras da Companhia foram auditadas e obtiveram parecer favorável dos auditores independentes da Companhia, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico impresso e digital, no dia 11 de fevereiro de 2026, de acordo com a legislação aplicável, e encontram-se disponíveis na sede da Companhia e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.neoenergia.com).

Importante mencionar que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S.A. e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Administração da Companhia recomenda aos seus Acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição, a fim de deliberarem acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovem as referidas contas.

2. Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos.

A destinação do lucro líquido consiste em determinar as parcelas do lucro líquido que serão apropriadas às reservas de lucros, legais e/ou estatutárias, e as que serão distribuídas como dividendos.

A Administração da Companhia propõe, “ad referendum” da Assembleia Geral dos Acionistas, a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no montante de **R\$ 23.829.429,66 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos)**, da seguinte forma:

- R\$ 8.977.000,00 (oito milhões, novecentos e setenta e sete mil reais), correspondentes a R\$ 0,1423007480 por ação ordinária, se referem a juros sobre capital próprio, que compõem o dividendo mínimo obrigatório, cuja distribuição é proposta pela administração para deliberação na AGO de 09/04/2026;
- R\$ 14.852.429,66 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,2354363207 por ação ordinária, se referem a constituição de “Reserva especial de dividendos não distribuídos”, cuja distribuição é proposta pela administração para deliberação na AGO de 09/04/2026

Descrição	Destinações (em R\$ mil) 2025
Lucro líquido do exercício	23.830
Lucro líquido por ação (em R\$)	0,38
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.957)
Dividendos adicionais propostos	(3.020)
% Lucro líquido ajustado distribuído	37,67%

Adicionalmente, a Companhia propõe deliberar dividendos adicionais a partir da “Reserva de Lucros a Realizar”, no montante de R\$ 14.852.429,66 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,2354363207 por ação ordinária.

As informações relativas ao lucro líquido do exercício e a proposta de sua destinação, bem como os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, constam do **Anexo I** (Anexo A - Resolução CVM 81) e do **Anexo II**, respectivamente, desta Proposta da Administração.

3. Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia

Conforme disposto nos Artigos 10, §2º do Estatuto Social da Companhia, a remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral.

A Administração da Companhia propõe aos Acionistas a aprovação da seguinte remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2026, líquida de encargos sociais:

Proposta de remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026	
Órgão	Valor global (R\$)
Diretoria Estatutária	até R\$ 97.260,00
Conselho de Administração	até R\$ 58.356,00
Total	até R\$ 155.616,00

As informações previstas no item 8 do Formulário de Referência, conforme determinado pela Resolução CVM 80/2022, relativas à remuneração dos Administradores, constam do **Anexo III** desta Proposta da Administração.

ANEXO I

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO A DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social de 2025 é de R\$ 23.829.429,66 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global bruto de dividendos do exercício 2025 é de R\$ 23.829.429,66 (vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,3777370687 por ação ordinária, dos quais:

- R\$ 8.977.000,00 (oito milhões, novecentos e setenta e sete mil reais) se referem juros sobre capital próprio, sendo: a) R\$1.075.000,00 declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27/06/2025, correspondentes aos valores brutos de R\$ 0,0170405819 por ação ordinária, os quais foram pagos aos acionistas em 12 de novembro de 2025; e (b) R\$7.902.000,00 declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 19/12/2025, correspondentes aos valores brutos de R\$0,1252601661 por ação ordinária, com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2026.
- R\$ 14.852.429,66 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,2354363207 por ação ordinária, decorrentes de constituição de “Reserva especial de dividendos não distribuídos”, cuja distribuição é proposta pela administração para deliberação na AGO de 09/04/2026.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 distribuído aos Acionistas é de 37,67.

	2025
Lucro líquido do exercício	23.830
Destinação para reserva especial de dividendos não distribuídos	(14.852)
Lucro líquido a distribuir	8.978

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A Companhia propõe deliberar dividendos adicionais a partir da “Reserva de Lucros a Realizar”, no montante de R\$ 14.852.429,66 (quatorze milhões oitocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a R\$ 0,2354363207 por ação ordinária.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto de dividendos adicionais propostos com base na “Reserva de Lucros a Realizar” é de R\$ 14.852.429,66 (quatorze milhões oitocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos), para deliberação acerca de sua distribuição AGO de 09 de abril de 2026 correspondentes a R\$ 0,2354363207 por ação ordinária.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos indicados neste item 5, letra “a” acima, deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2026, sem qualquer correção ou atualização monetária.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será considerada a data da AGO de 09 de abril de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- RCA de 27 de junho de 2025: Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.075.000,00 e;
- RCA de 19 de dezembro de 2025: Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.902.000,00.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.075.000 foram pagos em 12/11/2025, sem qualquer correção ou atualização monetária. e;
- Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.902.000 serão pagos até 31/12/2026, sem qualquer correção ou atualização monetária.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2025	2024	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	23.830	34.029	28.712	37.490
Resultado Líquido por Ação	0,38	0,54	0,46	0,59

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Deliberação	Natureza de Remuneração	Valor deliberado (R\$)	Valor por ação ON
2025			
RCA 19/12/2025	Juros sobre capital próprio	7.902.000,00	0,1252601661
RCA 27/06/2025	Juros sobre capital próprio	1.075.000	0,0170405819
AGO 14/04/2025	Dividendos reserva de lucro	20.527.121,07	0,3253898500
2024			
RCA de 20 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	8.027.000,00	0,1272416291
RCA de 18 de dezembro de 2024	Juros sobre capital próprio	5.476.000,00	0,0868039319
AGOE de 10 de abril de 2024	Dividendos	28.712.263,22	0,4551383017
2023			
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios	9.372.437,36	0,1485691041

AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos	7.195.756,41	0,1140650017
AGOE de 20 de abril de 2023	Dividendos	20.921.555,66	0,3316423104
2022			
AGOE de 18 de abril de 2022	Dividendos	14.902.752,62	0,2362340253

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não há destinação de lucros à Reserva Legal, tendo em vista que, no exercício social de 2025, o saldo da reserva legal já atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei das S.A.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do líquido, conforme previsto na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia, limitada a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais e identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

De acordo com o Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas têm direito a receber o dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das S.A.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo mínimo obrigatório está sendo integralmente pago e a Companhia vem realizando, nos últimos exercícios, pagamentos de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que não houve destinação para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

b. Identificar o montante destinado à reserva

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, uma vez que não houve destinação para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, uma vez que não houve não houve destinação para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO II

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS Accounting Standards (IFRS Accounting), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida.

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as atividades da Companhia, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro		
(em milhares de R\$, exceto os índices)	2025	2024
Lucro líquido	23.830	34.029
EBITDA ⁽¹⁾	32.609	43.821
Patrimônio líquido	247.344	252.912
Endividamento bruto ⁽²⁾	27.362	30.794
Endividamento líquido ⁽³⁾	2.154	23.202
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	28.251	7.321
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,01	0,08
Índice endividamento líquido/EBITDA	0,07	0,53

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução CVM 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12

meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

No âmbito financeiro, a Companhia registrou em 2025, lucro líquido de R\$ 23.830 mil, ou seja, 30% inferior ao registrado em 2024. O endividamento bruto da Companhia, incluindo empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), atingiu R\$ 27.362 mil em 31 de dezembro de 2025, apresentando uma redução de R\$ 3.432 mil em relação a 31 de dezembro de 2024.

Índices de liquidez	Exercício social findo em	
	31/12/2025	31/12/2024
Liquidez corrente (Ativo circulante/Passivo circulante)	2,22	3,91
Liquidez seca (Ativo circulante - Estoques/Passivo circulante)	2,22	3,91

Considerando que a Afluente T apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os diretores da Companhia entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução no último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2025		2024	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	96.379	28,04%	89.845	26,21%
Capital Próprio	247.344	71,96%	252.912	73,79%

Nota: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, a participação de terceiros representava 28,04% do passivo total da Companhia, 28,39% deste valor é referente a sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

i. hipóteses de resgate

Não existe hipótese de resgate de ações previstas no Estatuto Social da Companhia.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não existe fórmula de cálculo preestabelecida de cálculo do valor de resgate das ações ou quotas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Todos os contratos com cláusulas de covenants estão sujeitos aos índices apurados com base nos dados consolidados do Grupo e esses são apresentados logo abaixo:

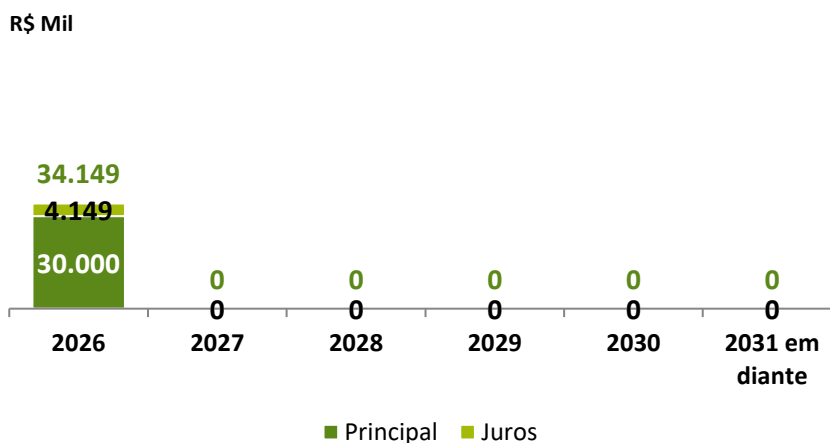
Indicador	Valores em R\$ mil	
	2025	2024
Dívida Líquida	48.742.000	43.220.000
EBITDA	14.284.000	12.517.000
Dívida Líquida/EBITDA	3,41	3,45

Fonte: DFP
Neoenergia.

Além das fontes de financiamento de mercado, a controladora Neoenergia vem garantindo qualquer eventual necessidade de caixa da Companhia para investimento ou capital de giro.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2025

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2026	29.389	1.707	3.052	34.149
2027	-	-	-	0
Total	29.389	1.707	3.052	34.149

A Afluente T não tem rating atrelado, por isso apresentamos abaixo o rating do Grupo Neoenergia.

Em 27 de março de 2023, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB-” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

Em 25 de março de 2025, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA’ na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

A Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa, patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira buscar diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros. Além dessas fontes, se aplicável e se necessário, a Companhia pode vir a acessar o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros à geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

Em 2025 não foram realizadas captações.

A seguir apresentamos a captação realizada em 2024 (em R\$ mil):

Modalidade	Vencimen to	Indexador es	Valor Captado
<u>Contratos de Dívida no Mercado Internacional</u>			

Dolar

4131	10/12/2026	CDI	30.000
Taxa Média/Subtotal		12,19%	30.000

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês do desembolso.

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pequenas operações podem ser realizadas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da Política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

Endividamento	Exercício Social terminado em			
	2025		2024	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Passivo Circulante	50.679	52,58%	17.993	20,03%
Passivo Não Circulante	45.700	47,42%	71.853	79,97%
TOTAL	96.379	100%	89.846	100%

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Credor	Início	Vencimento	Valor de principal	Saldo em 31/12/2025
Bank of América	2024	2026	27.285	30.405

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento da Afluente T apresentava as seguintes características:

A totalidade da dívida da Companhia é atrelada ao BNDES, via Banco do Brasil como banco repassador, e indexada à taxa pré-fixada.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todos os contratos relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures foram

descritos acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas, cuja garantia é o aval da Neoenergia. A descrição destas dívidas por natureza de garantia encontra-se conforme indicado no item “c” acima.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe *covenant* definido nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

- Distribuição de dividendos:

Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor, mas no caso específico da Afluente Transmissão S.A. não existe qualquer restrição para pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório nos contratos de financiamento vigentes firmados pela Emissora.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As demonstrações financeiras de 2025, 2024 e 2023 foram auditadas pela Deloitte

Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. A Administração apresenta a Demonstração de Resultado e o Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2025 e 2024, com a demonstração das variações e comentários sobre os itens mais relevantes:

Demonstrações de Resultado (valores em R\$ mil):

	2025		2024		Variação 2025 x 2024	
	R\$ mil	% Receita Total	R\$ mil	% Receita Total	Variação em R\$ mil	Variação em %
Receita bruta	66.479		105.275		(38.796)	-37%
(-) Deduções da receita bruta	(17.316)		(19.276)		1.960	-10%
Receita operacional líquida	49.163	100%	85.999	100%	(36.836)	-43%
Custo do serviço	(11.440)	-23%	(38.091)	-44%	26.651	-70%
Lucro bruto	37.723	77%	47.908	56%	(10.185)	-21%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(5.264)	-11%	(4.280)	-5%	(984)	23%
Lucro operacional	32.459	66%	43.628	51%	(11.169)	-26%
Resultado financeiro	(1.112)	-2%	1.063	1%	(2.175)	-205%
Receitas financeiras	2.992	6%	1.809	2%	1.183	65%
Despesas financeiras	(1.729)	-4%	(604)	-1%	(1.125)	186%
Outros resultados financeiros, líquidos	(2.375)	-5%	(142)	0%	(2.233)	1573%
Lucro antes dos tributos	31.347	64%	44.691	52%	(13.344)	-30%
Tributos sobre o Lucro	(7.517)	-15%	(10.662)	-12%	3.145	-29%
Corrente	(47)	0%	(7.947)	-9%	7.900	-99%
Diferido	(7.470)	-15%	(2.715)	-3%	(4.755)	175%
Lucro líquido do exercício	23.830	48%	34.029	40%	(10.199)	-30%

A variação do lucro líquido entre 2025 e 2024 (R\$ 10,2 milhões) é devido, principalmente, às variações demonstradas abaixo:

Receita bruta

No exercício de 2025 a variação de -37% em relação ao exercício de 2024 é explicada principalmente pela redução da receita de construção devido ao resultado da implantação de reforços (REA) nas linhas de transmissão e subestações de energia finalizado em 2024.

No exercício de 2024, a principal explicação para o aumento de R\$ 25.178 mil (vs. 2023) foi o reconhecimento da atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual, gerando aumento em R\$ 23.128 mil na linha de ganho na RAP, compensado parcialmente pela redução de receita com CCT (contratos de conexão) no montante de R\$ 4.843 mil.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 19.276 mil, apresentaram um aumento de R\$ 6.486 mil (+51%), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 12.790 mil), explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento da dedução com impostos sobre a receita no montante de R\$ 6.934 mil; compensado pelo (ii) redução da dedução com encargos setoriais em R\$ 447 mil (-17%), reflexo da redução das despesas com PROINFA (encargos do consumidor) CDE (conta de desenvolvimento energético), P&D (pesquisa e desenvolvimento) e TFSEE (taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica) que totalizam R\$ 666 mil, compensado pelo aumento da dedução com RGR em R\$ 217 mil (+11%).

Custo do serviço

No exercício de 2025 a variação de -R\$ 26.651 (vs. 2024) é explicada principalmente pela redução do custo de construção devido a implantação de reforços (REA) nas linhas de transmissão e subestações de energia finalizado em 2024.

O custo do serviço em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 38.091 mil, apresenta um aumento de R\$ 5.773 mil (+18%), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.318 mil), devido ao aumento no custo de construção de reforços (REA) em R\$ 5.302 mil.

Outras receitas/despesas gerais e administrativas

As outras receitas/despesas gerais administrativas em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 4.866 mil, apresenta redução de R\$ 1.359 mil (-22%), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 6.225mil), sendo que a principal variação nas despesas foi a redução de serviços de terceiros no montante de R\$ 1.923 mil.

Resultado financeiro

No exercício de 2025 a variação de -R\$ 2.175 (vs. 2024) ocorreu devido principalmente aos efeitos de variação cambial da dívida captada em dezembro de 2024.

O resultado financeiro foi de R\$1.063 mil (-38% vs. 2023), impactado pelo aumento das despesas não relacionadas ao serviço da dívida, em razão dos juros do recolhimento retroativo de IR/CS diferido de 2023, decorrentes da mudança do regime tributário de lucro presumido para lucro real, compensando a maior renda de aplicações financeiras no período.

Demonstração do Fluxo de Caixa (Valores em R\$ mil)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (em R\$ mil)			Variação 2025 x 2024	
	2025	2024	Variação em R\$ mil	Variação em %
Caixa gerado pelas atividades operacionais	47.094	11.418	35.676	312%
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(110)	(1.434)	1.324	-92%
Caixa consumido as atividades de financiamentos	(26.054)	(5.599)	(20.455)	365%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	20.930	4.385	16.545	377%

Atividades Operacionais

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 47.094 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, resultando em uma aumento de R\$ 35.676 mil quando comparado ao ano anterior explicado basicamente pelo recebimentos dos valores de ativo de contrato. Em 2024 houve os gastos com as REAs que reduziu este efeito operacional.

O caixa líquido oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 11.418 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, resultando em uma aumento de R\$ 8.183 mil quando comparado ao ano anterior.

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 110 mil apresentando uma redução gastos de R\$ 1.059 mil quando comparado com o exercício social de 2024.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 1.434 mil, principalmente relacionado pela aquisição de imobilizado, apresentando um aumento de R\$ 1.059 mil quando comparado com o exercício social de 2023.

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o caixa consumido pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 26.054 mil apresentando um aumento de R\$ 20.455 mil quando comparado com o exercício social de 2024. A variação ocorre basicamente pela captação de dívida ocorrida em dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 5.599 mil, apresentando uma redução na utilização de caixa de R\$ 32.022 mil, proporcionado, principalmente, pela redução no montante de remuneração aos acionistas, quando comparado com o exercício social de 2023.

2.2 - Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta principalmente pela Receita Anual Permitida (RAP), recebida em contrapartida pela: (i) implementação; e (ii) operação e manutenção de suas instalações de transmissão de energia elétrica.

A RAP é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto no contrato de concessão (IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos

resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

Também são reconhecidas outras fontes de receita:

Receita de construção de infraestrutura: reconhecida ao longo do tempo, conforme a satisfação das obrigações de desempenho. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica

Receita de operação e manutenção: reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

Receita de remuneração: reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Afluentes T apresenta os resultados a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação para 2025 e 2024:

2025

Memória de Cálculo	2025	2024	Correspondência notas explicativas
(+) Receita Operacional Líquida	49,2	86,0	Nota 3
(-) Receita Operacional Líquida	49,2	86,0	
(+) Custos de construção	0,3	(25,8)	Nota 4
= Margem Bruta	49,4	60,3	
(+) Custos de operação	(11,6)	(12,3)	Nota 5
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(5,0)	(4,3)	Nota 5
= Despesa Operacional (PMSO)	(16,7)	(16,5)	
(-) PECLD	(0,2)	0,1	Nota 9.1
EBITDA	32,6	43,8	
(+) Depreciação	(0,2)	(0,2)	Nota 5
(+) Resultado financeiro	(1,1)	1,1	Nota 6
(+) IR e CS	(7,5)	(10,7)	Nota 7
Lucro Líquido	23,8	34,0	

A Afluentes T apresentou margem bruta de R\$49,4 milhões em 2025 (-18% vs. 2024). A redução decorre, principalmente, da correção monetária sobre o ativo contratual e indenizável, influenciada pela variação negativa do IGP-M no ano, que compensou o incremento da RAP para o ciclo 2025/2026. Vale destacar que esse impacto fica limitado ao resultado societário (IFRS), sem refletir na receita regulatória nem no desempenho operacional da concessão.

2024

Memória de Cálculo	2024	2023	Correspondência nas Notas Explicativas
(+) Receita líquida	86,0	67,3	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	86,0	67,3	
(+) Custos de construção	(25,8)	(20,5)	Nota 4
= MARGEM BRUTA	60,3	46,9	
(+) Custos de operação	(12,3)	(11,8)	Nota 5
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(4,3)	(4,5)	Nota 5
= Despesa Operacional (PMSO)	(16,5)	(16,4)	
(+) PECLD	0,1	(0,2)	
EBITDA	43,8	30,3	
(+) Depreciação	(0,2)	(0,2)	Nota 5
(+) Resultado Financeiro	1,1	1,7	Nota 6
(+) IR/CS	(10,7)	(3,1)	Nota 7
LUCRO LÍQUIDO	34,0	28,7	

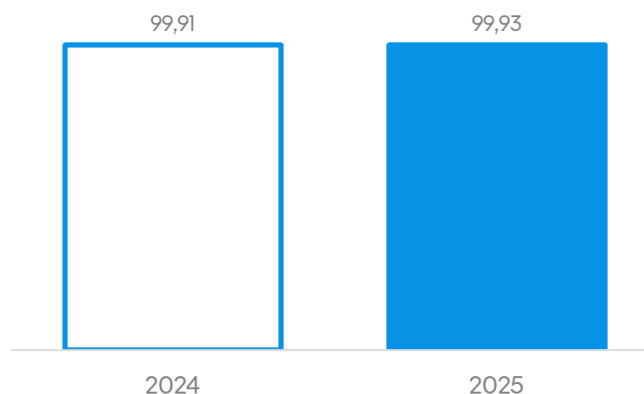
Afluente T apresentou margem bruta de R\$60,3 milhões no ano (+29% vs. 2023). Essa variação é explicada pela correção monetária do valor do ativo de contrato pela variação positiva do IGP-M, ocorrida no 2T24 e 4T24.

i. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2025 e 2024, a Afluente T registrou índices de disponibilidade superiores a 99,90%, representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), entre 95% e 98%.

As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.

AFLUENTE T – Taxa de Disponibilidade %



a. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 18/06/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.470, que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida – RAP do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia 001/2010 da Afluente T. A receita revisada da transmissora foi de R\$ 73,8 milhões, representando um índice de reposicionamento de 14,2%.

Em 17/07/2025, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.481, que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas – RAP para o ciclo 2025-2026, definindo o valor da RAP de Afluente T em R\$ 76,1 milhões. O valor da RAP da Companhia é ajustado anualmente pelo IGP-M.

b. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - Inflação: A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é ajustada anualmente em função da inflação (IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação do IGP-M é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos na receita.
 - CDI: indicador ao qual a maioria das aplicações está vinculada, de forma que flutuações no CDI impactam diretamente a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação do CDI, haveria aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida.
 - Inflação: A elevação da inflação pode acarretar no aumento das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. Ainda possui efeito nos custos operacionais, em razão dos reajustes de pessoal e serviços de terceiros.

Ambiente Macroeconômico

O ano de 2025 foi marcado por tensões geopolíticas no cenário global, contribuindo para um ambiente de maior risco. Nos Estados Unidos, a economia manteve crescimento moderado, com inflação dentro das bandas da meta e mercado de trabalho aquecido, sustentando um PIB resiliente. O Federal Reserve (FED) adotou postura cautelosa, mantendo juros elevados durante boa parte do ano antes de promover alguns cortes no segundo semestre. A taxa de juros americana encerrou 2025 em 3,75%.

No Brasil, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando 2025 com alta de 4,23%, dentro das bandas da meta do Banco Central. A atividade econômica permaneceu

aquecida, reforçada pela taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, e pela projeção de crescimento do PIB em 2,3% no ano. Apesar desse desempenho, a deterioração do quadro fiscal segue como fonte de preocupação quanto à sustentabilidade das contas públicas. Em resposta às pressões inflacionárias e ao ambiente externo desafiador, a política monetária manteve postura restritiva, com a taxa Selic encerrando o período em 15% ao ano.

Apesar das tensões geopolíticas e da volatilidade nos mercados globais, o enfraquecimento do dólar, que recuou 11% frente ao real, favoreceu a migração de fluxos para economias emergentes, incluindo o Brasil. Esse movimento impulsionou a retomada do investidor internacional na Bolsa brasileira, que registrou entrada líquida de aproximadamente R\$27 bilhões em 2025, contribuindo para a forte valorização do Ibovespa, que encerrou o ano com alta de 34%.

2025

O resultado financeiro foi de -R\$ 1.112 mil em 2025 (vs. +1.063 mil em 2024), refletindo o aumento dos encargos da dívida associado à captação realizada em dezembro de 2024, que superou o crescimento da receita com aplicações financeiras.

2024

O resultado financeiro foi de R\$1.063 mil em 2024 (-38% vs. 2023), explicado pelo aumento dos encargos da dívida devido à captação realizada em dezembro/24 e pelo aumento das despesas não relacionadas ao serviço da dívida, em razão dos juros do recolhimento retroativo de IR/CS diferido de 2023, decorrentes da mudança do regime tributário de lucro presumido para lucro real, compensando a maior renda de aplicações financeiras no período.

2.3 – Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nos últimos três exercícios não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos últimos três exercícios não houve mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia.

2.4 – Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve em 2025 e 2024, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

2.5 - Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Valores em Reais	Exercício social terminado em:		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
LAJIDA	32.607.948	43.821.639	30.322.517

Fonte: DFP

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Valores em Reais	Exercício social terminado em:		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
(=) Lucro líquido	23.829.430	34.030.121	28.712.263
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	7.517.139	10.662.035	3.121.092
(-) Resultado financeiro	1.111.574	(1.063.132)	(1.709.186)
(+) Depreciação e amortização	149.806	192.615	198.348
(=) LAJIDA	32.607.948	43.821.639	30.322.517

Fonte: DFP

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

Buscamos com o LAJIDA medir o resultado decorrente das atividades da operação da empresa, não considerando os efeitos financeiros de juros e correções monetárias, impostos, bem como a depreciação e amortização dos investimentos. Adicionalmente, por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

2.6 - Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não aplicável. Não ocorreram eventos subsequentes às últimas 3 demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as alterem substancialmente.

2.7 - Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2025	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Cabe à Diretoria apresentar à Assembleia Geral a proposta sobre destinação do lucro líquido do exercício, após as seguintes deduções ou acréscimos: (i) da Reserva Legal correspondente a 5% do Lucro Líquido do exercício, limitado a 20% do capital social; (ii) reserva de constituição para contingências; (ii) lucros a realizar e reversão dos lucros e reversão dos lucros e reversão das formadas em exercícios anteriores; (iii) 25% do lucro líquido após realizadas as deduções previstas, neste item, para pagamento do dividendo mínimo obrigatório dos titulares de ações.	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Houve retenção de R\$14.852 para reserva especial de dividendos não distribuídos	Houve retenção de R\$20.526 para reserva especial de dividendos não distribuídos
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	62,33%	60,32%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê: (i) pagamento de 25% do lucro líquido a título de dividendo mínimo obrigatório, após as deduções previstas nas regras de retenção de lucros descritas no item 2.7.a. (regras sobre retenção de lucros); (ii) que a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros;	

	(iii) que o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9,429, de 26/12/97 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado aos dividendos mínimo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais; (iv) o pagamento dos dividendos será realizado no prazo máximo de 60 dias de sua declaração, salvo se a Assembleia Geral determinar que este seja pago em prazo superior, mas no curso do exercício social em que for declarado; (v) que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de distribuição de dividendos; (vi) que os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia. Parágrafo 4º do Artigo 202 da Lei 6.404/76 prevê: (i) que o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria, dando prévio conhecimento ao Conselho de Administração - informar à Assembleia Geral, com parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia observadas as disposições gerais do parágrafo 4º do Artigo 202 da Lei 6.404,76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política de destinação de resultados está disposta no capítulo VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/estatutos/).

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve transações (ativas ou passivas) de natureza material, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que a Diretoria da Companhia esclarece que não há outros itens, que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.9 - Comentários dos Diretores em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, especificamente:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

b. natureza e o propósito da operação; e

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não Aplicável. A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.10 - Comentários dos Diretores em relação aos principais elementos do plano de negócios do emissor, especificamente em relação aos seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2025, a Afluente T registrou investimento de R\$ 0,3 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados por meio de Resolução Autorizativa (REA) pela Aneel.

Em 2024, a Afluente T registrou um investimento de R\$ 25,8 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados através de Resolução Autorizativa (REA) pela Aneel.

Em 2023, a Afluente T registrou um investimento de R\$ 20,5 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados através de Resolução Autorizativa (REA) pela Aneel.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Nos três últimos anos, a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio e linha de crédito bancário.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (PDI) regulados pela ANEEL cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, segundo a qual as empresas de distribuição devem destinar 0,5% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de PDle 0,5% em Programas de Eficiência Energética (EE). Para as empresas de Geração e de Transmissão essa obrigação de investimento corresponde a 1% da ROL. A Neoenergia possui 05 empresas de Geração: Neoenergia Renováveis, Geração Céu Azul (ativo vendido a Copel, em junho/2025), Itapebi, Termope e Águas da Pedra; e 18 empresas de Transmissão: Afluente T, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Dourados, Neoenergia Estreito, Neoenergia Alto Paranaíba, Neoenergia Guanabara, Neoenergia Itabapoana, Neoenergia Jalapão, Neoenergia Lagoa dos Patos, Neoenergia Morro do Chapéu, Neoenergia Paraíso, Narendiba, Potiguar Sul, Neoenergia Rio Formoso, Neoenergia Santa Luzia, Neoenergia Sobral e Neoenergia Vale do Itajaí.

A Neoenergia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos valores do Grupo, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em suas empresas os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de PDI podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e, no período de 2022 a 30 de setembro de 2023, foram propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 1º de outubro de 2023, passaram a ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PROPGDI.

De acordo com as diretrizes do novo regulamento do Programa de PDI, os projetos de PDI são avaliados pelo nível de maturidade tecnológica (TRL, do inglês Technology Readiness Level). O TRL é uma escala que varia de TRL 1 até TRL 9, utilizada para avaliar o grau de desenvolvimento de uma tecnologia.

Considerando esses conceitos, a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluente T teve **02** projetos de PDI em andamento no período de 2023 a 2025, os quais estão listados abaixo, referindo-se aos níveis de maturidade tecnológica TRL 1 ao TRL 5, auferidos no início do desenvolvimento de cada iniciativa, sendo, portanto, considerados projetos de pesquisa:

- PD-00068-0057/2022 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Segmento Transmissão. Este projeto é cooperado entre a Afluente T e a Potiguar Sul, e que tem por objetivo o desenvolvimento de um protótipo de portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo MME, EPE, ONS e ANEEL, melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade.
- PD-07284-0002/2020 - Sistemas de Fundações Mistas por Sapatas/Tirantes e Estacas Helicoidais para Estruturas de Transmissão de Energia Elétrica. O projeto, desenvolvido de forma cooperativa entre as empresas Neoenergia Brasília, Afluente T, Neoenergia Atibaia, Neoenergia Biguaçu, Neoenergia Dourados, Neoenergia Jalapão, Narandiba, Neoenergia Santa Luzia e Neoenergia Sobral, trata do desenvolvimento de modelos pilotos de novas fundações de Linhas de Transmissão, de 88 kV até 500 kV. Sendo desenvolvidos dois sistemas: um que consiste em sapata de concreto armado e tirantes ancorado no terreno; e outro que consiste de estacas helicoidais injetadas, ou não, coroadas por grelha metálica ou bloco pré-moldado

Os projetos (i) PD-00068-0057/2022 – Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico - Segmento Transmissão e (ii) PD-07284-0002/2020 - Sistemas de Fundações Mistas por Sapatas/Tirantes e Estacas Helicoidais para Estruturas de Transmissão de Energia Elétrica encontram-se em andamento.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Afluente T em projetos de PDI, referentes aos níveis de maturidade tecnológica TRL 1 ao TRL 5, somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2025, R\$ 59.916,51
- Em 2024, R\$ 84.076,50
- Em 2023, R\$ 371.181,82;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos da Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de PDI que pertencem a estágios mais avançados na escala de maturidade tecnológica, classificados entre os níveis TRL 6 até TRL 9.

No período de 2023 a 2025, a empresa Afluente T não desenvolveu projetos de PDI nestes níveis de TRL.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de 2023 a 2025, a empresa Afluente T não realizou desembolsos para a execução de projetos de PDI em níveis de TRL 6 até TRL 9.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Como parte de sua estratégia corporativa, em 2025 a Neoenergia monitorou um conjunto de 30 metas estratégicas, estabelecidas com horizontes definidos para 2025 e 2030. A apuração dos resultados desse ano foi considerada um marco decisivo no ciclo de sustentabilidade da companhia, orientando uma revisão abrangente do conjunto de metas que norteará sua atuação até 2030.

A empresa conduziu uma análise estruturada que considerou, principalmente, (i) nosso plano de investimentos; (ii) o desempenho alcançado em certas metas e (iii) foco em temas prioritários. Com base nessa avaliação, a Neoenergia reestruturou seu portfólio, passando de 30 para 20 metas estratégicas, preservando seus direcionadores, fortalecendo a governança, assegurando o alinhamento com as melhores práticas internacionais e garantindo coerência com sua dinâmica operacional.

A consolidação desse novo portfólio de metas tem como objetivo assegurar que a companhia avance de forma ainda mais estruturada, priorizando indicadores que traduzam com clareza sua ambição e capacidade de gerar impacto positivo. Com metas mais focadas, metodologias aprimoradas e mecanismos de gestão fortalecidos, a Neoenergia inaugura um novo ciclo orientado pela busca permanente de eficiência, transparência e criação de valor sustentável.

Além das metas de sustentabilidade, a Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concentrando seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

No contexto da transição energética, a Neoenergia tem avançado em um conjunto de estratégias que materializam oportunidades ASG diretamente integradas ao seu plano de negócios. Essas estratégias abrangem a descarbonização, a expansão de soluções de energia limpa, o fortalecimento da inovação tecnológica, a eficiência energética, o desenvolvimento territorial, a atuação institucional e a modernização da infraestrutura elétrica.

No âmbito da infraestrutura elétrica, a companhia consolida-se como agente relevante da transição energética, ao promover o reforço da segurança e confiabilidade do sistema elétrico nacional, a redução de emissões associadas à operação, o aprimoramento do relacionamento territorial e o aumento da resiliência climática dos ativos. Esses elementos ampliam a competitividade da Neoenergia, fortalecem sua capacidade de acesso a financiamentos vinculados ao desempenho socioambiental e reafirmam o papel da transmissão como vetor estratégico dentro do portfólio ASG corporativo.

O Grupo Neoenergia ao final de 2025 já tinha um total de mais de 50 títulos verdes emitidos pela Corporação no valor total aproximado de R\$ 37 bilhões, destinados ao financiamento de projetos renováveis, de transmissão, de distribuição ou ESG linked.

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

No período de 2023 a 2025, a empresa Afluente T não realizou outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

INFORMAÇÕES SOBRE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(NOS TERMOS DO ITEM 8 DO FRE – RESOLUÇÃO CVM 80/2022)

8.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia visa estimular e promover o alinhamento de seus administradores à estratégia do negócio, motivando sua produtividade e eficiência, tendo como objetivo principal remunerar e reconhecer de forma justa, equilibrada e competitiva, estimulando-os na busca de soluções visando à satisfação dos clientes, expansão sustentável dos negócios e retorno aos seus acionistas.

Os objetivos da prática de remuneração aplicada pela Companhia são os de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, e motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais stakeholders. Desta forma, os programas de remuneração da Companhia buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Estabelecida anualmente pela Assembleia Geral, a remuneração do Conselho de Administração consubstancia-se em uma remuneração fixa, que é balizada nas práticas de mercado e visa reconhecer o valor dos Conselheiros interna e externamente.

A remuneração da Diretoria Estatutária é fixada pelo Conselho de Administração, observando sempre os limites globais da remuneração fixados pela Assembleia Geral.

- **Conselho de Administração:**

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários mensais. O valor dos honorários é o mesmo para todos os membros, sendo estabelecido de acordo com os padrões de referência no mercado, a partir de pesquisas anuais, com o objetivo de retribuição pelos serviços prestados.

Como todos os membros do Conselho de Administração renunciam à sua remuneração, o valor dos honorários mensais estabelecido é o salário-mínimo vigente no exercício.

Para este órgão não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável de curto ou longo prazo.

▪ **Diretoria Estatutária:**

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por três elementos:

- Honorários anuais, divididos em 12 (doze) parcelas mensais;
- Pacote de benefícios que inclui PGBL, Seguro de Vida, Plano de Saúde e Odontológico;
- Remuneração Variável, dividida em Incentivo de Curto Prazo (ICP) e Incentivos de Longo Prazo (ILP). O Incentivo de Curto Prazo (ICP) tem seu valor resultante do alcance de metas anuais estabelecidas para a Diretoria. O Incentivo de Longo Prazo (ILP) é um programa que alinha os objetivos de longo prazo da Companhia com as metas dos Diretores, de forma sustentável, reconhecendo o desempenho do executivo juntamente com a performance da Companhia.

Todos os elementos citados acima estão previstos nos Contrato de Prestação de Serviços de Gestão pactuados entre a Companhia e os Diretores Estatutários.

De forma extraordinária, os Diretores podem ser remunerados por meio de programas de reconhecimento de desempenho ou de programas para retenção de talentos.

Estes elementos de remuneração têm como objetivo a retenção, motivação e retribuição pelos serviços prestados, levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, a competência e a reputação profissional de cada indivíduo, os resultados alcançados e o valor dos serviços no mercado.

▪ **Conselho Fiscal:**

A Companhia não possui Conselho Fiscal permanente instalado.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Na estrutura organizacional do Grupo Neoenergia, há um comitê específico para tratar das questões de remuneração dos administradores – o Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia, controladora da Companhia. Trata-se de comitê de assessoramento com

caráter permanente e a finalidade de propor ao Conselho de Administração da Neoenergia, as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores do Grupo, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho, as referências de mercado e índices de inflação. O Conselho de Administração da Neoenergia avalia as recomendações deste Comitê e define a composição da remuneração dos administradores. Importante ressaltar que a remuneração da Companhia é aprovada no âmbito de sua própria governança. Isto é, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, nas assembleias gerais ordinárias de acionistas são estabelecidas a remuneração global da administração para o ano em curso e, na reunião do Conselho de Administração da Companhia subsequente, esta remuneração é distribuída pelos órgãos da administração.

A Companhia acompanha e verifica as práticas de mercado periodicamente por meio de pesquisas salariais realizadas por consultorias especializadas, visando manter sua competitividade frente às empresas de mesmo porte e do Setor de Energia. Estas pesquisas são realizadas por meio de metodologias (Job Matching / Pontuação) que comparam o nível de responsabilidade de cada função desempenhada na Companhia com posições semelhantes no Mercado Regulado.

Durante o exercício de 2025, os elementos de remuneração foram reajustados da seguinte forma:

- Honorários: reajuste vinculado às cláusulas contratuais ou em função de pesquisas sobre práticas de mercado levando em consideração a estratégia da Companhia. Exceções serão aprovadas pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Controladora. Houve aplicação do salário-mínimo para os membros da Diretoria Estatutária e para o Conselho de Administração durante o exercício de 2025.
- Benefícios: PGBL e Seguro de Vida têm reajuste vinculado à variação dos Honorários; Plano de Saúde e Odontológico têm seu reajuste vinculado à variação de custos médicos e odontológicos e índices de sinistralidade apurados pela seguradora contratada.
- Remuneração Variável:

a) Memória de cálculo

O Incentivo de Curto Prazo (ICP) é pago com base nos objetivos atingidos pelo Diretor Estatutário e pela Companhia, sendo proporcional ao tempo trabalhado. Cada Diretor poderá obter um resultado individual compreendido no intervalo de 0 a 1.000 pontos, sobre o qual será apurado o ICP.

Segundo o modelo, para o atingimento de pontuações individuais inferiores ao mínimo exigido pela Companhia (0 pontos) não há pagamento de Bônus. Os valores máximos variam entre 80% e 100% da remuneração anual, de acordo com o cargo ocupado. A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Controladora e prévia auditoria do Auditor Interno.

O Incentivo de Longo de Prazo (ILP) é destinado à Diretoria Estatutária e liquidado com base em objetivos corporativos fixados para o período de avaliação. O beneficiário contemplado é elegível ao recebimento de um máximo em dinheiro e/ou ações (valores e/ou quantidades definidas correspondentes ao atingimento de 100% dos objetivos

estabelecidos), conforme indicação do Conselho de Administração da Controladora, desde que sejam cumpridas as condições gerais previstas nos Regulamentos dos Programas. Ao final do período de avaliação dos objetivos corporativos de longo prazo, estes são apurados e, com base no percentual alcançado, liquida-se o ILP, em três partes iguais, sucessivas e anuais. A apuração é aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão da Controladora e prévia auditoria do Auditor Interno.

b) Reajuste

Incentivo de Curto Prazo (ICP) têm reajuste vinculado à variação dos Honorários. A alteração das premissas do Programa está vinculada à aprovação do Conselho de Administração da Controladora, levando em consideração práticas de Mercado e Estratégia no Negócio.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A política de remuneração da Companhia é baseada nas premissas de melhor interesse dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo; metas e estratégias de negócios, melhores práticas de mercado e no Propósito e Valores da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

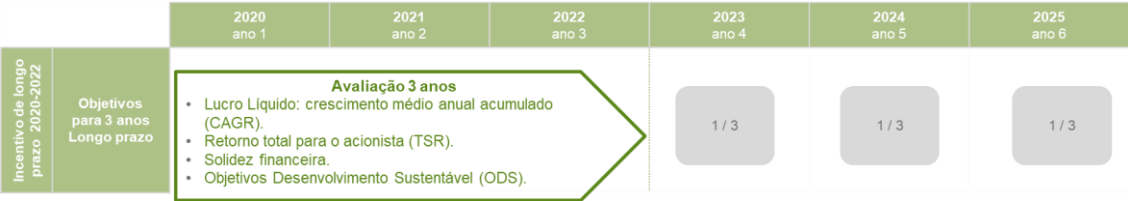
A Companhia objetiva manter a remuneração de seus profissionais competitiva frente ao mercado, a fim de reter e atrair talentos que lhe permitam atingir os objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazo.

O Programa de Incentivo de Curto Prazo (ICP) se baseia no cumprimento de metas anuais sendo divididas em corporativas e individuais, além de critérios econômico, financeiros e operacionais do negócio.

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) se baseia no cumprimento de objetivos corporativos que visam a criação de valor e geração de riqueza para o negócio de forma sustentável. Os objetivos são alinhados e ponderados de acordo com o planejamento estratégico de Longo Prazo que resultará no retorno aos acionistas.

O plano de remuneração baseados em ações ('Plano de ações'), com entrega física de ações da Neoenergia, visa estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos executivos e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

O período de avaliação do Plano de Ações foi entre 2020 e 2022, e a entrega das ações entre os exercícios de 2023 a 2025, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício no período do pagamento.



O Programa de Retenção 2022-2025 consiste em um bônus pago em 4 parcelas (dez/22, jun/23, jun/24, jun/25) e estava sujeito a manutenção do contrato de trabalho até dez/25. Em dezembro de 2022, junho de 2023, 2024 e de 2025 não havia beneficiário ativo, portanto não houve pagamento.

O Programa visava incentivar a dedicação exclusiva e integral dos beneficiários com conhecimento diferenciado acerca das operações da Companhia.

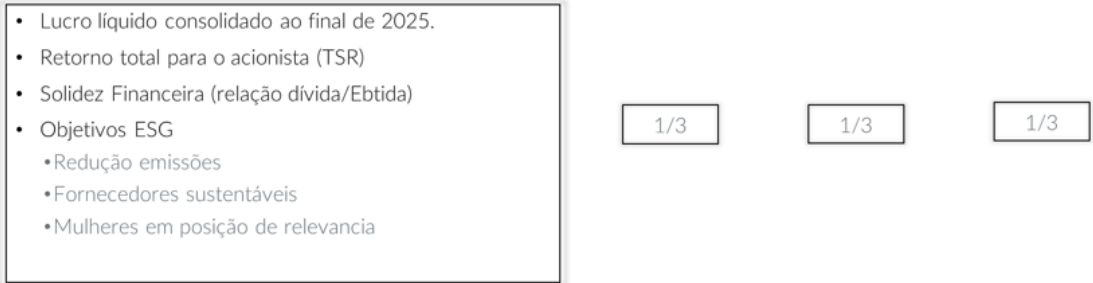
Um novo plano de remuneração de longo prazo baseado em pagamento em dinheiro foi outorgado. O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2023-2025 para a alta administração foi alinhado à estratégia e compromisso da Controladora Neoenergia com o crescimento sustentável e com a solidez financeira.

O período de avaliação do plano ILP 2023-25 se dará entre os anos de 2023 e 2025, e o pagamento de acordo ao cumprimento das metas definidas para programa entre os anos de 2026 e 2028 na condição de que o beneficiário mantém seu vínculo empregatício na data do pagamento.

• FASE 1: Avaliação

• FASE 2: Distribuição

• 2023	2024	2025	2026	2027	2028
• Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6



- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Ano	Cargo	Pró-labore / Honorários	Benefícios	Outros (Encargos)	Remuneração Variável	Outros Benefícios / Remuneração	Cessão do Cargo	Total
2025	Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2025	Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2024	Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2024	Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2023	Conselho de Administração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
2023	Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Na estrutura organizacional do Grupo Neoenergia, grupo controlador da Companhia, há um comitê específico para tratar das questões de remuneração dos administradores, – o Comitê de Remuneração e Sucessão da Neoenergia, controladora da Companhia. Trata-se de comitê de assessoramento com caráter permanente e cuja finalidade é propor ao Conselho de Administração da Neoenergia as políticas, diretrizes e metodologia de remuneração dos administradores das companhias integrantes do grupo, tendo como base as metas de desempenho estabelecidas pelo Conselho, as referências de mercado e os índices de inflação. O Conselho de Administração da Neoenergia avalia as recomendações deste Comitê e define a composição da remuneração dos administradores. Importante ressaltar que a remuneração da Companhia é aprovada no âmbito de sua própria governança.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

As remunerações variáveis de curto e longo prazo são os elementos da remuneração que possuem correlação com indicadores de desempenho e influenciados pela composição de vários indicadores. Entre os principais indicadores estão: Lucro Líquido, EBITDA, Eficiência, Crescimento do Plano de Investimento e Melhoria do Índice de Qualidade do Serviço entre outros.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A prática de remuneração da Companhia prevê apenas honorários mensais fixos para os membros do Conselho de Administração em decorrência de sua função deliberativa e de controle. Por outro lado, a composição da remuneração da Diretoria Estatutária visa refletir a responsabilidade de cada cargo, sempre mantendo a competitividade com o mercado. A Companhia busca incentivar a melhoria contínua da gestão, a atração e a retenção de seus Diretores, tendo como principais estratégias: (a) garantir uma remuneração fixa e um pacote de benefícios competitivos com as práticas do mercado e (b) complementar o pacote de

remuneração com elementos variáveis de curto e longo prazo, os quais estão atrelados ao desempenho da Companhia e aos desempenhos individuais.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Existem membros não remunerados na Diretoria Estatutária e no Conselho de Administração, conforme tabela 8.2. Os membros não remunerados da Diretoria Estatutária renunciam aos honorários mensais, conforme prevê o Contrato de Prestação de Serviços. Os membros não remunerados do Conselho de Administração renunciam aos honorários mensais por questões contratuais similares decorrentes de seu vínculo com a Companhia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Durante o ano de 2025 a Companhia teve 3,08 membros titulares no Conselho de Administração, sendo que todos renunciaram aos honorários mensais.

Em 2025 todos os membros da Diretoria Estatutária tiveram sua remuneração custeada de forma proporcional aos serviços prestados a cada uma das controladas ou à Neoenergia. A alocação da remuneração foi realizada conforme descrito abaixo:

Diretores	% Alocação do Custo	Empresa
3,08	100%	NEOENERGIA

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor, portanto, o item não é aplicável.

8.2 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	3,00	5,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	0,00	8,00

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	58.356	97.260,00	0,00	155.616
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do	

	apurado mensalmente.	órgão apurado mensalmente.	número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	58.356,00	97.260,00	0,00	155.616,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	3,08	5,00	0,00	8,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento*	* Conforme descrito no item 8.1 d, todos os membros do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais. A Companhia não participa da remuneração dos diretores estatutários. Os custos são rateados através das Controladas ou Controladora.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	4,00	5,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento*	* Conforme descrito no item 8.1 d, todos os membros do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais. A Companhia não participa da remuneração dos diretores estatutários. Os custos são rateados através das Controladas ou Controladora.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00

Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observa��es	Em conformidade com o OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/SEP o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remunera��o	0,00	0,00	0,00	0,00

Remunera  o total do Exerc  cio Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administra��o	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N�� total de membros *	4,50	5,00	0,00	9,50
N�� de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00

Esclarecimento *	* Conforme descrito no item 8.1 d, todos os membros do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais. A Companhia não participa da remuneração dos diretores estatutários. Os custos são rateados através das Controladas ou Controladora.			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	

	cada órgão apurado mensalmente.			
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

* Titulares e Suplentes

8.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Em 2025 todos os membros tiveram sua remuneração custeada de forma proporcional aos serviços prestados à Neoenergia ou a cada uma das sociedades por ela controladas, conforme aplicável.

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente - 2026				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	3,00	5,00	-	8,00
c. número de membros remunerados	3,00	5,00	-	8,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração variável para o exercício social findo em 2025				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	3,08	5,00	-	8,08
c. número de membros remunerados*	0,00	0,00	-	0,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração variável para o exercício social findo em 2024				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	4,00	5,00	-	9,00
c. número de membros remunerados*	0,00	0,00	-	0,00
d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

Remuneração variável para o exercício social findo em 2023				
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. número total de membros	4,50	5,00	-	9,50
c. número de membros remunerados*	-	-	-	-

d. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-	-

* Conforme descrito no item 8.1 d, todos os membros do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais. A Companhia não participa da remuneração dos diretores estatutários. Os custos são rateados através das Controladas ou Controladora.

8.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável
- c. número máximo de ações abrangidas
- d. número máximo de opções a serem outorgadas
- e. condições de aquisição de ações
- f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h. forma de liquidação
- i. restrições à transferência das ações
- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável. A Companhia informa que não houve qualquer remuneração baseada em ações no exercício social encerrado em 31/12/2025 e não há previsão para o exercício social corrente.

8.5. Remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

A Companhia informa que não houve qualquer remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e que não há previsão de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações para o exercício social corrente.

8.6. Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável. A Companhia informa que não houve qualquer outorga de opções de compra de ações nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e que não há previsão outorga de opções de compra de ações para o exercício social corrente.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis

- iii. prazo máximo para exercício das opções
- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
 - f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. A Companhia informa que não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. A Companhia informa que não houve opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023.

8.9 - Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. A Companhia informa que não houve qualquer remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e que não há previsão de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, prevista para o exercício social corrente.

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. A Companhia informa que não houve qualquer outorga de ações realizada nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023 e que não há previsão de outorga de ações para o exercício social corrente.

8.11 - Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não aplicável. A Companhia informa que não houve qualquer remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável. Não houve qualquer remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31/12/2025, 31/12/2024 e 31/12/2023.

. 8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão
Controladora

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia	ON	716.520	0	427.282	1.143.802
Neoenergia Coelba	ON	0	0	0	0
Neoenergia Coelba	PNA	0	28.032	0	28.032
Neoenergia Coelba	PNB	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	ON	0	0	0	0
Neoenergia Elektro	PN	0	0	0	0
Afluente T	ON	0	0	0	0

***Companhia**

Empresa*	Classe	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Total
Neoenergia Coelba	ON	249.680	3.800	61.800	315.280
Neoenergia Elektro	ON	249.666	0	115.800	365.466
Afluente T	ON	249.666	0	139.040	388.706

***Controladora**

8.14. Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- órgão**
- número total de membros**
- número de membros remunerados**
- nome do plano**
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- condições para se aposentar antecipadamente**

Não há plano de previdência privada ativo para seus Administradores, portanto, os subitens não são aplicáveis.

8.15 - Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Órgão da Administração	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
Exercício social encerrado em	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	3,08	4,00	4,50	0	0	0
Nº de membros remunerados	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da maior remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da menor remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor médio da remuneração (Reais)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Não aplicável. Conforme descrito no item 8.1 d, todos os membros do Conselho de Administração renunciaram aos honorários mensais. A Companhia não participa da remuneração dos diretores estatutários. Os custos são rateados através das Controladas ou Controladora.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

De acordo com o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão pactuado entre a Companhia e os Diretores Estatutários, no caso de encerramento contratual (pelas contratantes), os diretores têm direito a uma indenização calculada com base nos seus honorários fixos mensais, bem como, a uma cobertura de plano médico/odontológico por até 12 (doze) meses após a rescisão contratual. De forma extraordinária, os diretores podem ser elegíveis a condições de saída, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Remuneração e Sucessão.

A Companhia oferece aos administradores que compõem a Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, em virtude dos mesmos assumirem responsabilidades legalmente atribuídas ao cargo, um documento onde diz que a companhia

tomará todas as providências e assumirá todos os custos necessários para defendê-los em quaisquer procedimentos, incluindo mas não se limitando a investigações, reclamações, inquéritos, ou processos judiciais ou extrajudiciais, de qualquer natureza, até decisão final com trânsito em julgado, independentemente do local ou jurisdição, órgão, fórum ou instância em que sejam iniciados e terminados, bem como se responsabiliza por assumir os débitos ou reembolsá-los de quaisquer valores decorrentes de tais procedimentos, que tenham por objeto atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo na Companhia e que resultem em diminuição do patrimônio.

Não obstante o acima exposto, o mesmo documento diz que a Companhia não o defenderá tampouco se responsabilizará pelos resultados ou custos de qualquer dos procedimentos previstos acima que seja, direta ou indiretamente, resultante de atos praticados pelo administrador (i) em desacordo com as leis ou com o Estatuto Social da Companhia, ou (ii) visando interesses próprios ou de terceiros em detrimento dos interesses da Companhia.

Além do compromisso acima, a Companhia também contrata apólice de seguro para os administradores que compõem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração e Fiscal da Companhia, conforme descrito no item 7.7, com Limite Segurado de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões) prêmio de 1.553.352,49 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos), e cobertura similar garantindo o pagamento da indenização e dos custos de defesa que tenham como objeto os atos relacionados com os deveres e responsabilidades exclusivas do exercício do seu cargo.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão da Administração/ Exercício social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2026	100%	100%	-
2025	0%	0%	-
2024	0%	0%	-
2023	0%	0%	-

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente de pagamento de remuneração para membros da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Exercício social 2026 – remunerações previstas em função do exercício do cargo no emissor

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2026 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	22.211.910	0	-	22.211.910
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	0	11.171.719	-	11.171.719

Conselheiros de Administração e Diretoria Estatutária também nomeados na Controladora ou em sociedades sob controle comum, incluindo todos os honorários e benefícios recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2025 – remunerações previstas em função do exercício do cargo no emissor

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2025 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	31.744.201	0	-	31.744.201
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	0	9.283.530	-	9.283.530

Conselheiros de Administração e Diretoria Estatutária também nomeados na Controladora ou em sociedades sob controle comum, incluindo todos os honorários e benefícios recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2024 – remunerações previstas em função do exercício do cargo no emissor

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2024 – demais remunerações previstas, especificando a que título foram atribuídas

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	16.727.104	-	-	16.727.104
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	8.850.618	-	8.850.618

Conselheiros de Administração e Diretoria Estatutária também nomeados na Controladora ou em sociedades sob controle comum, incluindo todos os honorários e benefícios recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

Exercício social 2023 – remunerações recebidas em função do exercício do cargo no emissor

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2023 – demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	20.843.198	-	-	20.843.198
Controladas do emissor	-	-	-	-

Sociedades sob controle comum	-	6.506.058	-	6.506.058
-------------------------------	---	-----------	---	-----------

Conselheiros de Administração e Diretoria Estatutária também nomeados na Controladora ou em sociedades sob controle comum, incluindo todos os honorários e benefícios recebidos de acordo com o regime de caixa do exercício.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Remuneração total do conselho de administração, diretoria e estatutária com os encargos sociais correspondentes.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais com encargos sociais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros *	3,00	5,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	58.356	97.260,00	0,00	155.616,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre honorários)	11.671	19.452	0,00	31.123
Descrição de outras remunerações fixas	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	Valores referentes a encargos totais	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (encargos sociais sobre bônus)	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Proposta da Administração | AGO de 09/04/2026
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP, o número de membros total de cada órgão deverá corresponder à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	
Total da remuneração	70.027	116.712	0,00	186.739